



M E N S A G E M

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Tenho a honra de submeter, por intermédio de Vossa Excelência, à apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal, o anexo Projeto de Lei nº 010/2019, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para elaboração do Orçamento – Programa para o exercício financeiro de 2020, em cumprimento ao disposto no artigo 164, 2º da Constituição Federal e ao artigo 4º da lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101, de 4 de maio de 2000), discutido em audiência pública.

O referido Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o próximo exercício contempla os programas de governo que foram estabelecidos no Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021, estando de acordo com as exigências contida na Lei de Responsabilidade Fiscal, devendo destacar o Anexo de Metas Fiscais, para as Receitas, despesas, resultado primário, montante da dívida pública, para os três exercícios seguintes, atendendo assim o princípio do equilíbrio orçamentário, princípio fundamental das finanças públicas.

Por fim, esperando que este projeto permita uma discussão democrática entre o Executivo e Legislativo, e que submetemos a V.Exa., o projeto de lei de diretrizes orçamentárias para o exercício de 2020, lembrando que o mesmo deverá ser devolvido para a sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa.

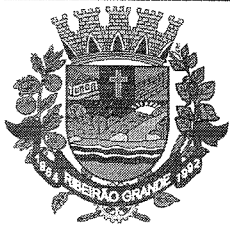
Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os Protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

ELIANA DOS SANTOS SILVA
Prefeita Municipal

Exmo. Sr.
MARCELO LUIS NUNES
DD. Presidente da Câmara Municipal
RIBEIRÃO GRANDE - SP.





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO GRANDE

Rua Professora Jacira Landim Stori, S/N - Estado de São Paulo
Assessoria Jurídica - FONE (XX15) 3544-8800 - Ramal 212

PROJETO DE LEI Nº 010 – de 24 de abril de 2019.

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para elaboração da lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2020, e dá outras Providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO GRANDE, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e é promulgada a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam estabelecidas, para a elaboração dos Orçamentos do Município, relativo ao exercício de 2020, as Diretrizes Gerais de que trata este capítulo, os princípios estabelecidos na Constituição Federal, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, na Lei de Responsabilidade Fiscal, na Lei Orgânica do Município, e as recentes Portarias editadas pelo Governo Federal.

Art. 2º - A estrutura orçamentária que servirá de base para a elaboração do orçamento-programa para o próximo exercício deverá obedecer às disposições constantes dos Anexos integrantes desta Lei.

Art. 3º - As unidades orçamentárias, quando da elaboração de suas propostas parciais, deverão atender a estrutura orçamentária e as determinações emanadas pelos setores competentes da área.

Art. 4º - A proposta orçamentária, que não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, face à Constituição Federal e à Lei de Responsabilidade Fiscal, atenderá a um processo de planejamento permanente, à descentralização, à participação comunitária, conterá “reserva de contingência”, identificado pelo código 99999999 em montante equivalente a no mínimo um por cento (1%) da Receita Corrente Líquida, que também poderá ser utilizado para suporte à abertura de créditos adicionais, inclusive no suporte de eventuais riscos fiscais.

§1º - A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de estimativa do impacto orçamentário e financeiro, ressalvado as despesas consideradas irrelevantes, que não ultrapassem para a contratação de obras, bens e serviços, os limites estabelecidos, respectivamente, nas letras “a” dos incisos I e II do artigo 23 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

§2º - A execução orçamentária e financeira das despesas realizadas de forma descentralizada, observará as normas estabelecidas pela Portaria nº 399, de 29/08/01 da Secretaria do Tesouro Nacional;

§3º - O Orçamento fiscal referente aos Poderes Executivo e Legislativo Municipais, seus fundos e entidades das Administrações direta e indireta, inclusive fundações mantidas pelo Poder Público Municipal.

§4º - Na elaboração e durante a execução do orçamento de 2020, o Poder Executivo Municipal, poderá alterar as metas definidas nesta lei, aumentando e/ou diminuindo, incluindo e/ou excluindo ações e seus quantitativos a fim de compatibilizar as despesas orçadas com as receitas estimadas, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas e o atendimento às necessidades da sociedade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO GRANDE

Rua Professora Jacira Landim Stori, S/N - Estado de São Paulo
Assessoria Jurídica - FONE (XX15) 3544-8800 - Ramal 212

Art. 5.º - O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo, sua proposta parcial até o dia 30 de agosto, de conformidade com a Emenda Constitucional nº 25/2000.

§1º - O Poder Executivo colocará à disposição da Câmara Municipal, no mínimo trinta dias antes do prazo final para o encaminhamento de sua proposta orçamentária parcial, a estimativa da receita, inclusive a corrente líquida, para o exercício subsequente, acompanhada da respectiva memória de cálculo, nos termos do § 3º do art. 12 da Lei Complementar 101, de 2000.

§2º - No caso de arrecadação a maior ou a menor relativa ao somatório da receita tributária e das transferências no §5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, no período a decorrer entre a data de envio da proposta orçamentária parcial pelo Poder Legislativo e o encerramento do exercício financeiro, deverá o Poder Executivo encaminhar projeto de Lei para adequação da Lei Orçamentária Anual – LOA ou crédito especial, no prazo de 30 dias após o encerramento do exercício financeiro, para o fim de cumprir integralmente o limite da despesa do Poder Legislativo, previsto no artigo 29-A, caput, e incisos de I a VI, da Constituição da República, conforme o caso.

§3º - No caso de haver redução da dotação orçamentária do legislativo para atendimento do artigo 29-A, da constituição da República, o poder legislativo encaminhará ao poder executivo até 30/01/2020 via ofício, as informações sobre qual ficha orçamentária sofrerá a devida redução, para que o poder executivo possa atender o prazo estabelecido no parágrafo anterior.

Art. 6.º - A Lei Orçamentária dispensará, na fixação da despesa e na estimativa da receita, atenção aos princípios de:

- I – Prioridade de investimentos nas áreas sociais;
- II – Austeridade na gestão dos recursos públicos;
- III- Modernização na ação governamental;
- IV – Princípio do equilíbrio orçamentário, tanto na previsão como na execução orçamentária;
- V – A discriminação da despesa, quanto a sua natureza, far-se-á no mínimo, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e elemento de despesa, nos termos do art. 15, da Lei 4.320/64.

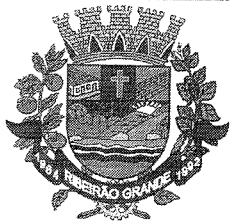
Art. 7.º - Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do artigo 9º e no inciso II do §1º do artigo 31, todos da lei complementar nº 101/2000, o poder executivo e o poder legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, podendo definir percentuais específicos, para o conjunto de projetos, atividades e operações especiais, para dentre outras, as seguintes despesas abaixo:

- a) Racionalização de despesas com diárias, viagens e aquisição de equipamentos;
- b) Redução de gastos com combustíveis para a frota de veículos
- c) Contingenciamento das dotações apropriadas para outras despesas de custeio;
- d) Racionalização de despesas com horas extras e gratificações.

§1º - Excluem do caput deste artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§2º - No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:

- I- Com pessoal e encargos patronais



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO GRANDE

Rua Professora Jacira Landim Stori, S/N - Estado de São Paulo
Assessoria Jurídica - FONE (XX15) 3544-8800 - Ramal 212

II- Com a preservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no artigo 45 da lei complementar nº 101/2000

§3º - Na hipótese de ocorrência do disposto no caput deste artigo o poder executivo comunicara ao poder legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

Art. 8º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover as alterações e adequações de sua estrutura administrativa, desde que sem aumento de despesa, e com o objetivo de modernizar e conferir maior eficiência a eficácia ao poder público municipal.

CAPÍTULO II DAS METAS FISCAIS

Art. 9º - As movimentações do quadro de Pessoal, alterações salariais de que trata o artigo 169, §1º, da C.F., somente ocorrerão se houver dotação orçamentária suficiente e estiverem atendidos os requisitos e limites da L.R.F, tanto pelos órgãos, entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações.

Art.10 - A proposta orçamentária anual atenderá as diretrizes gerais e aos princípios de unidade, universalidade e anuidade, não podendo o montante das despesas fixadas exceder a previsão da receita para o exercício.

Art. 11 - As receitas e as despesas serão estimadas, tomando-se por base o índice de inflação apurado nos últimos doze meses, a tendência e o comportamento da arrecadação municipal mês a mês, na conformidade dos Anexos que dispõe sobre as Metas Fiscais.

§1º - Na estimativa das receitas deverão ser consideradas, ainda, as modificações da legislação tributária, incumbindo à Administração o seguinte:

I - a atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;

II - a edição de uma planta genérica de valores de forma a minimizar a diferença entre as alíquotas nominais e as efetivas;

III - a expansão do número de contribuintes;

IV - a atualização do cadastro imobiliário fiscal.

§2º - As taxas de polícia administrativa e de serviços públicos deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

§3º - Os tributos, cujo recolhimento poderá ser efetuado em parcelas, serão corrigidos monetariamente segundo a variação estabelecida pela unidade fiscal do Município.

§4º - Nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária, e recursos financeiros previstos na programação de desembolso, e a inscrição de Restos a Pagar estará limitada ao montante das disponibilidades de caixa, conforme preceito da LRF.

§5º - A contabilidade registrara os atos e fatos relativos à gestão orçamentária-financeira ocorridos, ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas na inobservância do parágrafo anterior.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO GRANDE

Rua Professora Jacira Landim Stori, S/N - Estado de São Paulo
Assessoria Jurídica - FONE (XX15) 3544-8800 - Ramal 212

§6º - A Contabilização de receitas e despesas será efetivado de acordo com as Novas Normas Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBCASP e ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.

Art. 12 – É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de quaisquer recursos do Município, para clubes, associações de servidores e de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde ou educação, observadas as exigências da legislação e instruções em vigor, e condicionada:

- a) Ao reconhecimento como de utilidade pública, a través de Lei Municipal;
- b) A comprovação das prestações de contas de recursos anteriormente recebidos;
- c) A aprovação pelo Tribunal de Contas do Estado de recursos anteriormente recebidos, desde que já tenham sido julgados;
- d) Certificação por Conselho Municipal ligado a área de atuação da entidade beneficiária;
- e) Manifestação prévia e expressa do setor técnico e da Assessoria Jurídica do concedente de modo a verificar a vantagem econômica para o Município e a legalidade da concessão do benefício;
- f) Declaração de funcionamento regular, emitida por autoridade do Município ou de outro nível de governo;
- g) Declaração atestando que os Dirigentes da entidade não são agentes políticos do órgão concedente.

Parágrafo Único – Os convênios que eventualmente forem firmados pelo Executivo Municipal, poderão ter a cobertura orçamentária através de créditos adicionais especiais ou suplementares, conforme o caso.

Art. 13 - Fica o Poder Executivo autorizado a:

- I – Realizar operações de crédito por antecipação de receita, nos termos da legislação em vigor;
- II- Realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;
- III- abrir, durante o exercício, créditos suplementares até o limite de 10% (dez por cento) da despesa total fixada na Lei Orçamentária Anual, observado o disposto no artigo 43, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964;
- IV – Transpor, remanejar ou transferir recursos, de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, nos termos do inciso VI, do art. 167, da Constituição Federal, até o limite de 10% (dez por cento) da despesa total fixada na Lei Orçamentária Anual;
- V – abrir créditos adicionais até o limite da dotação consignada como Reserva de Contingência.

§1º - Não onerarão o limite previsto no inciso III deste artigo, os créditos:

I – Destinados a suprir insuficiências nas dotações orçamentárias, relativas a inativos e pensionistas, honras de aval, débitos constantes de precatórios judiciais, serviços da dívida pública, despesas de exercícios anteriores e despesas à conta de recursos vinculados, até o limite de 5%(cinco por cento) do total da despesa fixada na Lei Orçamentária Anual;

II – Abertos mediante a utilização de recursos na forma prevista no artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964. Até o limite de 10% (dez por cento) do total da despesa fixada na Lei Orçamentária Anual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO GRANDE

Rua Professora Jacira Landim Stori, S/N - Estado de São Paulo
Assessoria Jurídica - FONE (XX15) 3544-8800 - Ramal 212

§2º - Observados os limites a que se referem os incisos III, IV e V deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a:

I – Alocar recursos em grupo de despesa ou elemento de despesa não dotados inicialmente com a finalidade de garantir a execução da programação aprovada nesta lei;

§3º - Fica o Poder Executivo, observadas as normas de controle e acompanhamento da execução orçamentária, e com a finalidade de facilitar o cumprimento da programação aprovada nesta lei, autorizado a remanejar recursos, entre atividades e projetos de um mesmo programa, no âmbito de cada órgão, obedecida a distribuição por grupo de despesa.

Art. 14 – Não sendo devolvido o autógrafo de lei orçamentária até o final do exercício de 2019 ao Poder Executivo, fica este autorizado a realizar a proposta orçamentária, até a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, na base de 1/12 (um doze avos) em cada mês.

§1º - Para atender o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo se incumbirá do seguinte:

I – Estabelecer Programação Financeira e o Cronograma de execução mensal de desembolso;

II – Publicar até 30 dias após o encerramento do bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas, e se não atingidas deverá realizar cortes de dotações.

III – Emitirá ao final de cada quadrimestre, Relatório de Gestão Fiscal avaliando o cumprimento das Metas Fiscais, em audiência pública, perante a Câmara de Vereadores;

IV – Os Planos, LDO, Orçamentos, prestação de Contas, parecer do T.C.E, serão amplamente divulgados, inclusive na Internet, e ficará à disposição da comunidade.

V – O desembolso dos recursos financeiros consignados à Câmara Municipal será feito até o dia 20 de cada mês, sob a forma de duodécimos, ou de comum acordo entre os Poderes, na conformidade com a L.O.M.

CAPÍTULO III DO ORÇAMENTO GERAL

Art. 15 – O orçamento geral abrangerá os Poderes Executivo e Legislativo, e as entidades das Administrações direta e indireta, e será elaborado de conformidade com a Portaria nº 42, do Ministério do Orçamento e Gestão, e demais Portarias editadas pelo Governo Federal.

Art. 16 – O Poder Executivo Municipal e o Poder Legislativo Municipal, mediante Lei autorizativa, poderão criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, concederem vantagens e/ou gratificações, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da Lei, observados os limites e as regras da Lei Complementar 101 de 04/05/2000.

§1º - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento ou acrescidos por créditos adicionais.

§2º - A revisão geral anual dos servidores municipais será feita observando a data base do Município.

Art. 17 – Na elaboração da proposta orçamentária serão atendidos preferencialmente os programas constantes do Anexo V e VI, que faz parte integrante desta Lei, podendo na medida das necessidades, serem elencados novos programas, desde que financiados com recursos próprios ou de outras esferas do governo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO GRANDE

Rua Professora Jacira Landim Stori, S/N - Estado de São Paulo
Assessoria Jurídica - FONE (XX15) 3544-8800 - Ramal 212

§1º - Para cumprimento do disposto no art. 4º, I, da L.R.F., integrará esta Lei, os anexos de metas fiscais e de riscos fiscais.

§2º - As prioridades definidas nos anexos desta lei poderão ser alteradas em função de mudanças e prioridades da Administração Pública Municipal.

Art. 18 – O município aplicará, no mínimo, 25%(vinte e cinco por cento) das receitas resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 212, da Constituição Federal, e os limites estabelecidos pela E.C. nº 29/2000, nas ações e serviços de saúde.

Art. 19 – A proposta orçamentária, que o Poder Executivo encaminhar ao Poder Legislativo até o dia 30 de setembro, compor-se-á de:

- I – Mensagem;
- II – Projeto de Lei Orçamentária;
- III – Tabelas explicativas da receita e despesa dos três últimos exercícios.

§1º - A Câmara não entrará em recesso enquanto não devolver o Projeto de Lei para sanção do Poder Executivo.

Art. 20 – Integrarão a Lei orçamentária anual:

- I – Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções de governo;
- II – Sumário geral da receita e despesa, por categorias econômicas;
- III – Sumário da receita por fontes, e respectiva legislação;
- IV – Quadro das dotações por órgãos do governo e da administração.

Art. 21 – O Poder Executivo enviará até 30 de setembro o Projeto de Lei Orçamentário à Câmara Municipal, que o apreciará até o final da Sessão legislativa, devolvendo-o a seguir para sanção.

Art. 22 – É vedada a inclusão na Lei Orçamentária, recursos do Município para custeio de despesas de competência de outras esferas de governo, salvo as autoridades em Lei e Convênio.

Art. 23 – O Orçamento será executado de forma sintética.

CAPÍTULO IV DO ORÇAMENTO DA AUTARQUIA MUNICIPAL

Art. 24 – Fará parte integrante da Lei Orçamentária, demonstrativos discriminando as receitas e despesas do Serviço de Previdência Municipal de Ribeirão Grande – SEPTEM-RG.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25 – O Poder Executivo realizará estudos visando à definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultados das ações de governo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO GRANDE

Rua Professora Jacira Landim Stori, S/N - Estado de São Paulo
Assessoria Jurídica - FONE (XX15) 3544-8800 - Ramal 212

Parágrafo Único – A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

Art. 26 – Fica o Executivo Municipal autorizado a alterar o Anexo de Metas, repriorizando-as, sempre que houver necessidades em função da demanda.

Art. 27 – É autorizado ao Chefe do Executivo Municipal, no decorrer do exercício de 2020, a incluir novos elementos de despesas e novas Fontes de Recursos, para execução dos Orçamentos.

Art. 28 – Caso o valor previsto no anexo de metas fiscais, apresentarem defasados na ocasião da elaboração da proposta orçamentária, serão reajustados aos valores reais, compatibilizando a receita orçada com a despesa autorizada, inclusive será adequado e compatibilizado os Programas e Ações entre as Peças Orçamentárias.

Art. 29 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ELIANA DOS SANTOS SILVA
Prefeita Municipal

Preencher com as respectivas informações os campos identificados com a cor:

Exercício	2020
Esfera de Governo	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO GRANDE
Unidade de valor	R\$ 1,00

Inflação projetada, de acordo com índice:

Fonte da projeção dos índices de inflação:	Relatório do Banco Central sobre inflação - Abril 2019
Índice utilizado:	IPCA
Inflação de 2017	2,9400%
Inflação de 2018	3,7400%
Inflação projetada 2019	4,0600%
Inflação projetada 2020	4,0000%
Inflação projetada 2021	3,7500%
Inflação projetada 2022	3,7500%

PIB estadual projetado:

Fonte da projeção do PIB	Fundação Seade (apos foi feita projeção utilizando a inflação projetada)
PIB do estado em 2016 (R\$ 1.00)	2.038.005.000.000,00
PIB do estado em 2017 (R\$ 1.00)	2.070.613.080.000,00
PIB do estado em 2018 (R\$ 1.00)	2.103.742.889.280,00
PIB do estado projetado para 2019 (R\$ 1.00)	2.114.261.603.726,40
PIB do estado projetado para 2020 (R\$ 1.00)	2.198.832.067.875,46
PIB do estado projetado para 2021 (R\$ 1.00)	2.281.288.270.420,79
PIB do estado projetado para 2022 (R\$ 1.00)	2.366.886.680.561,57

Assinaturas (máximo 4)

1 - Nome:	Everton Felch Vieira
1 - Cargo:	Contador
1 - Documento:	CRC 1SP302290/O-0
2 - Nome:	
2 - Cargo:	
2 - Documento:	
3 - Nome:	Eliana dos Santos Silva
3 - Cargo:	Prefeita Municipal
3 - Documento:	CPF 072.970.758-09
4 - Nome:	
4 - Cargo:	
4 - Documento:	



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO GRANDE
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS
SETOR CONTÁBIL

Uso: _W.L.T.C.
24/04/19 12:44
Exercício: 2019
Página: 1/1

Sistemas



ANEXO STN - DEMONSTRATIVO I - METAS ANUAIS - PLANEJ. 2018 (LRF, art 4, Parágrafo 1)

Projeto de Lei - Lei 10/2019

Exercício: 2020												
ESPECIFICAÇÃO	2020					2021					2022	
	VALOR CORRENTE (a)	VALOR CONSTANTE	% PIB (c / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	VALOR CORRENTE (b)	VALOR CONSTANTE	% PIB (c / PIB) x 100	% RCL (b / RCL) x 100	VALOR CORRENTE (c)	VALOR CONSTANTE	% PIB (c / PIB) x 100	% RCL (c / RCL) x 100
Total	28.708.455,80	27.604.284,42	0,0014	126,73	29.941.749,34	27.749.536,00	0,0014	127,27	30.249.349,34	27.021.315,44	0,0014	128,98
Despesas Primárias (I)	23.991.787,20	23.069.026,15	0,0011	105,91	24.946.392,22	23.119.918,65	0,0012	106,03	24.953.486,75	22.290.596,38	0,0012	106,40
Total	25.271.359,55	24.299.384,18	0,0012	111,56	26.330.347,32	24.402.546,17	0,0013	111,92	26.461.824,32	23.637.972,97	0,0013	112,83
Despesas Primárias (II)	23.656.359,55	22.746.499,57	0,0011	104,43	24.602.297,32	22.801.016,98	0,0012	104,57	24.612.810,82	21.986.275,40	0,0012	104,95
Saldo Primário (III)=(I-II)	335.427,65	322.526,58	0,0000	0,00	344.094,90	318.901,67	0,0000	0,00	340.675,93	304.320,98	0,0000	0,00
Saldo Nominal	3.808.742,85	3.662.252,74	0,0002	16,81	4.021.592,82	3.727.148,12	0,0002	17,09	4.318.679,32	3.857.815,09	0,0002	18,41
Pública Consolidada	2.500.000,00	2.403.846,15	0,0001	11,04	2.140.000,00	1.983.317,89	0,0001	9,10	1.780.000,00	1.590.048,80	0,0001	7,59
Consolidada Líquida	0,00	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00	0,0000	0,00
Despesas Primárias advindas de PPP (IV)	0,00	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00	0,0000	0,00
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	0,00	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00	0,0000	0,00
Saldo do saldo das PPP (VI) = (IV-V)	0,00	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00	0,0000	0,00	0,00	0,00	0,0000	0,00

1- Projeção de inflação com base no IPCA, divulgados: Relatório banco central sobre inflação - Abril 2019
2- Projeções do PIB (Produto interno bruto) do Estado de São Paulo obtidas junto a fundação Seade (após foi feita a projeção utilizando a inflação projetada).

RIBEIRÃO GRANDE, 24 de Abril de 2019.


Ewerton Reich Vieira
Contador
CRC-SP 302290/O-0

Eliana dos Santos Silva
Prefeita
CPF 07297075809



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAO GRANDE
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS
SETOR CONTÁBIL

Usuário: EWERTON

24/04/19 12:44

Exercício: 2019

4R Sistemas

ANEXO STN - DEMONSTRATIVO II - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS
DO EXERCÍCIO ANTERIOR - PLANEJ. 2018 (LRF, art 4, Parágrafo 2)

Página: 1/1

Legislação: Projeto de Lei - Lei 10/2019

Município: RIBEIRAO GRANDE

Exercício: 2020

ESPECIFICAÇÃO	I - METAS PREVISTAS 2018	% PIB	% RCL	II - METAS REALIZADAS 2018	% PIB	% RCL	VARIAÇÃO (II - I)	
							VALOR	%
Receita Total	32.060.085,00	0,002	138,87	27.632.048,12	0,001	125,06	-4.428.036,88	-13,812
Receita Não-Financeira (I)	27.747.125,00	0,001	120,19	24.345.725,38	0,001	110,19	-3.401.399,62	-12,259
Despesa Total	28.817.085,00	0,001	124,82	25.455.423,67	0,001	115,21	-3.361.661,33	-11,666
Despesa Não-Financeira (II)	27.310.826,00	0,001	118,30	23.848.130,12	0,001	107,94	-3.462.695,88	-12,679
Resultado Primário (III)=(I-II)	436.299,00	0,000	0,00	497.595,26	0,000	0,00	61.296,26	14,049
Resultado Nominal	30.000,00	0,000	0,13	2.834.000,10	0,000	12,83	2.804.000,10	9.346,667
Dívida Pública Consolidada	50.000,00	0,000	0,22	751.912,60	0,000	3,40	701.912,60	1.403,825
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000


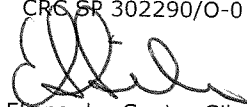
Fonte:

Peças contábeis do município

Nota:

O valor da dívida pública consolidada aumentou mais do que o projetado devido o parcelamento da dívida previdenciária do município. As receitas foram inferiores ao projetado devido em grande parte do não recebimento de verbas provenientes de emendas parlamentares e devido ao mal desempenho das receitas previdenciárias

RIBEIRAO GRANDE, 24 de Abril de 2019.


Ewerton Reich Vieira
Contador
CPF SP 302290/O-0

Eliana dos Santos Silva
Prefeita
CPF 07297075809

Isis Souza Renó
Coordenadora Controle Interno
CPF 347.206.568-03



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO GRANDE
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS

SETOR CONTÁBIL

ANEXO STN - DEMONSTRATIVO III - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES - PLANEJ. 2018
(LRF, art 4, Parágrafo 2, Inciso II)

Sistemas

Projeto de Lei - Lei 10/2019

Município: RIBEIRÃO GRANDE

Exercício: 2020

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES						Exercício: 2020					
	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	
Total	30.976.686,00	32.060.085,00	3,50	31.525.657,00	-1,67	28.708.455,80	-8,94	29.941.749,34	4,30	30.249.349,34		1,03
Despesas Primárias (I)	28.740.216,00	27.747.125,00	-3,46	30.131.259,00	8,59	23.991.787,20	-20,38	24.946.392,22	3,98	24.953.486,75		0,03
Total	28.540.216,00	28.817.085,00	0,97	29.829.157,00	3,51	25.271.359,55	-15,28	26.330.347,32	4,19	26.461.824,32		0,50
Despesas Primárias (II)	28.440.216,00	27.310.826,00	-3,97	30.043.467,56	10,01	23.656.359,55	-21,26	24.602.297,32	4,00	24.612.810,82		0,04
Saldo Primário (III)=(I-II)	300.000,00	436.299,00	45,43	87.791,44	-79,88	335.427,65	282,07	344.094,90	2,58	340.675,93		-0,99
Saldo Nominal	25.000,00	30.000,00	20,00	736.472,00	2354,91	3.808.742,85	417,16	4.021.592,82	5,59	4.318.679,32		7,39
Pública Consolidada	18.885,56	50.000,00	164,75	3.000.000,00	5900,00	2.500.000,00	-16,67	2.140.000,00	-14,40	1.780.000,00		-16,82
Consolidada Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Despesas Primárias advindas de PPP (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Despesas Primárias geradas por PPP (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES						Exercício: 2020					
	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	
Total	33.439.903,75	33.361.724,45	-0,23	31.525.657,00	-5,50	27.604.284,42	-12,44	27.749.536,00	0,53	27.021.315,44		-2,62
Despesas Primárias (I)	31.025.593,14	28.873.658,28	-6,94	30.131.259,00	4,36	23.069.026,15	-23,44	23.119.918,65	0,22	22.290.596,38		-3,59
Total	30.809.689,45	29.987.058,65	-2,67	29.829.157,00	-0,53	24.299.384,18	-18,54	24.402.546,17	0,42	23.637.972,97		-3,13
Despesas Primárias (II)	30.701.737,61	28.419.645,54	-7,43	30.043.467,56	5,71	22.746.499,57	-24,29	22.801.016,98	0,24	21.986.275,40		-3,57
Saldo Primário (III)=(I-II)	323.855,53	454.012,74	40,19	87.791,44	-80,66	322.526,58	267,38	318.901,67	-1,12	304.320,98		-4,57
Saldo Nominal	26.987,96	31.218,00	15,67	736.472,00	2259,13	3.662.252,74	397,27	3.727.148,12	1,77	3.857.815,09		3,51
Pública Consolidada	20.387,31	52.030,00	155,21	3.000.000,00	5665,90	2.403.846,15	-19,87	1.983.317,89	-17,49	1.590.048,80		-19,83
Consolidada Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Despesas Primárias advindas de PPP (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Despesas Primárias geradas por PPP (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00

1- Projeção de inflação com base no IPCA, divulgados: Relatório banco central sobre inflação - Abril 2019

2- Projeções do PIB (Produto interno bruto) do Estado de São Paulo obtidas junto a fundação Seade. (após foi feita a projeção utilizando a inflação projetada).

RIBEIRÃO GRANDE, 24 de Abril de 2019.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAO GRANDE
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS
SETOR CONTÁBIL

Usuário: EWERTON

24/04/19 12:45

Exercício: 2019

4R Sistemas

ANEXO STN - DEMONSTRATIVO IV - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - PLANEJ.

2018

(LRF, art. 4, Parágrafo 2, Inciso III)

Página: 1/1

Legislação: Projeto de Lei - Lei 10/2019

Município: RIBEIRAO GRANDE

Exercício: 2020


PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	%	2017	%	2016	%
Patrimônio/Capital	9.359.073,47	36,34	9.359.073,47	43,29	9.359.073,47	56,57
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	16.395.651,33	63,66	12.259.585,38	56,71	7.185.386,34	43,43
TOTAL	25.754.724,80	100,00	21.618.658,85	100,00	16.544.459,81	100,00

Fonte: Balanço patrimonial consolidado encerrado em 31/12 (Prefeitura, Câmara e Seprem)

Nota:

RIBEIRAO GRANDE, 24 de Abril de 2019.


Ewerton Reich Vieira
Contador
CRC SP 302290/O-0


Eliana dos Santos Silva
Prefeita
CPF 07297075809

Isis Souza Renó
Coordenadora Controle Interno
CPF 347.206.568-03



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAO GRANDE
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS
SETOR CONTÁBIL

Usuário: EWERTON

24/04/19 12:45

Exercício: 2019

4R Sistemas

ANEXO STN - DEMONSTRATIVO V - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS
COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS - PLANEJ. 2018 (LRF, art. 4, Parágrafo 2, Inciso III)

Página: 1/1

Legislação: Projeto de Lei - Lei 10/2019

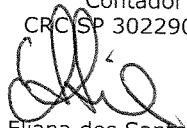
Município: RIBEIRAO GRANDE			Exercício: 2020
RECEITAS REALIZADAS	2018	2017	2016
RECEITAS DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
Alienação de Bens Móveis	175.393,38	265.525,59	87.396,28
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL	175.393,38	265.525,59	87.396,28
DESPESAS LIQUIDADAS	2018	2017	2016
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos	293.303,00	113.301,52	50.400,23
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.			
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
TOTAL	293.303,00	113.301,52	50.400,23
SALDO FINANCEIRO	107.361,75	225.271,37	73.047,30

Fonte: Peças contábeis do município

Nota: Considerado o Valor de R\$ 36.051,25 de Saldo de Exercício Anterior no cálculo do Saldo Financeiro do Exercício de 2016.
- Os valores levam em conta as receitas de aplicações financeiras, batendo exatamente com os extratos bancários.)

RIBEIRAO GRANDE, 24 de Abril de 2019.


Ewerton Reich Vieira
Contador
CRC SP 302290/O-0


Eliana dos Santos Silva
Prefeita
CPF 07297075809

Isis Souza Renó
Coordenadora Controle Interno
CPF 347.206.568-03

DEMONSTRATIVO VI - AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO GRANDE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE MEIAS FINÇAS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS

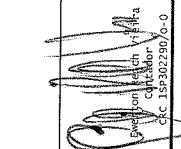
2020

AMF - Tabela 6 (LR art. 2º, §2º, inciso IV, alínea a)	R\$ 1000			
	2016	2017	2018	2019
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS				
RECEITAS CORRENTES	5.486.902,68	4.269.977,06	4.159.936,12	
Receita de Contribuições	1.797.631,16	1.600.789,15	1.395.403,49	
Pessoal Civil	720.980,59	1.081.295,89	900.093,85	
Pessoal Militar				
Contribuição Patronal do Exercício	1.076.650,57	519.492,26	452.319,64	
Pessoal Civil	1.076.650,57	519.492,26	452.319,64	
Pessoal Militar				
Contribuição Patronal de Exercícios Anteriores	-	-	-	
Pessoal Civil	-	-	-	
Pessoal Militar	-	-	-	
Outras Contribuições Previdenciárias	-	-	-	
Compensação Previdenciária entre RPPS e RPPS	-	-	-	
Recicla Patrimonial	3.253.358,88	2.601.921,82	2.759.268,04	
Outras Receitas Correntes	416.914,65	67.266,09	36.294,59	
RECEITAS DE CAPITAL				
Alienação de Bens	-	-	-	
Outras Receitas de Capital	-	-	-	
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS RECEBIDOS PELO RPPS				
Contribuição Patronal do Exercício	-	-	-	
Pessoal Civil	-	-	-	
Pessoal Militar	-	-	-	
Contribuição Patronal de Exercícios Anteriores	-	-	-	
Pessoal Civil	-	-	-	
Pessoal Militar	-	-	-	
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (II)	5.486.902,68	4.269.977,06	4.159.936,12	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS				
ADMINISTRAÇÃO GERAL				
Despesas Correntes	242.180,72	198.946,84	231.281,88	
Despesas de Capital	239.931,72	197.654,37	200.343,66	
PREVIDÊNCIA SOCIAL				
Despesas Correntes	6.249,00	1.291,47	948,02	
Pessoal Civil	1.072.832,54	1.274.750,48	1.312.139,44	
Pessoal Militar	1.072.832,54	1.274.750,48	1.312.139,44	
Outras Despesas Correntes	-	-	-	
Compensação Presal, de aposent. RPPS e RPPS	-	-	-	
Compensação Presal, de Pensões entre RPPS e RPPS	-	-	-	
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (III)	1.315.013,26	1.473.656,32	1.543.431,32	
RESULADO PREVIDENCIÁRIO (I - II)	4.151.889,43	2.796.280,74	2.609.504,80	
RESTRITAÇÃO FINANCEIRA DO RPPS	18.895.800,21	22.707.536,16	26.655.295,03	

FONTE:

Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias - MODELO 4 (artigos 53, inciso II e 50, inciso IV da LC 60/199)

NOTAS:


Eliana dos Santos Silva
Prefeita Municipal
CPF: 072.970.758-09

DEMONSTRATIVO VI - PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO GRANDE

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS

2020

AMF - Tabela 7 (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea a)


R\$ 1,00


EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	RENTABILIDADE DOS RECURSOS GARANTIDORES	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d exerc. anterior) + (d)	
2019	2.385.355,88	1.627.533,62	757.822,26	1.839.141,53	32.491.500,42	4.224.497,41
2020	2.697.298,38	1.702.249,86	995.048,52	2.009.192,94	35.495.741,88	4.706.491,32
2021	2.891.299,73	1.899.233,30	992.066,43	2.189.268,50	38.677.076,81	5.080.568,23
2022	2.901.447,47	1.950.414,45	951.033,02	2.377.686,59	42.005.796,42	5.279.134,06
2023	2.890.515,06	2.176.809,83	713.705,23	2.563.170,10	45.282.671,75	5.453.685,16
2024	2.897.865,93	2.228.922,47	668.943,46	2.757.096,91	48.708.712,12	5.654.962,84
2025	2.900.403,36	2.310.529,99	589.873,37	2.957.915,13	52.256.500,62	5.858.318,49
2026	2.896.309,25	2.434.666,39	461.642,86	3.163.088,61	55.881.232,09	6.059.397,86
2027	2.866.174,44	2.758.415,19	107.759,25	3.359.339,48	59.348.330,82	6.225.513,92
2028	2.566.769,85	5.237.213,67	(2.670.443,82)	3.400.673,22	60.078.560,22	5.967.443,07
2029	2.550.831,22	5.378.908,43	(2.828.077,21)	3.435.028,98	60.685.511,99	5.985.860,20
2030	2.533.169,97	5.517.152,17	(2.983.982,20)	3.462.091,79	61.163.621,58	5.995.261,76
2031	2.459.836,78	6.065.010,46	(3.605.173,68)	3.453.506,87	61.011.954,77	5.913.343,65
2032	2.434.748,73	6.218.988,03	(3.784.239,30)	3.433.662,93	60.661.378,40	5.868.411,66
2033	2.383.026,63	6.551.730,08	(4.168.703,45)	3.389.560,50	59.882.235,45	5.772.587,13
2034	2.355.523,62	6.683.221,69	(4.327.698,07)	3.333.272,24	58.887.809,62	5.688.795,86
2035	2.316.594,07	6.877.651,05	(4.561.056,98)	3.259.605,16	57.586.357,80	5.576.199,23
2036	2.287.509,09	6.981.178,49	(4.693.669,40)	3.173.561,30	56.066.249,70	5.461.070,39
2037	2.278.355,89	6.927.250,33	(4.648.894,44)	3.085.041,31	54.502.396,57	5.363.397,20
2038	2.257.352,35	6.940.002,23	(4.682.649,88)	2.989.184,80	52.808.931,49	5.246.537,15
2039	2.235.811,01	6.939.878,52	(4.704.067,51)	2.885.291,84	50.991.155,82	5.122.102,85
2040	2.211.964,52	6.938.701,04	(4.726.736,52)	2.775.865,16	49.040.284,46	4.987.829,68
2041	2.210.630,15	6.774.644,33	(4.564.014,18)	2.668.576,21	47.144.846,49	4.879.206,36
2042	2.192.819,75	6.704.327,43	(4.511.507,68)	2.558.000,33	45.191.339,14	4.750.820,08
2043	2.160.874,12	6.709.257,36	(4.548.383,24)	2.438.577,35	43.081.533,25	4.599.451,47
2044	2.149.874,22	6.568.132,82	(4.418.258,60)	2.319.796,48	40.983.071,13	4.469.670,70
2045	2.131.903,45	6.458.215,21	(4.326.311,76)	2.199.405,56	38.856.164,93	4.331.309,01
2046	2.130.542,47	6.236.921,84	(4.106.379,37)	2.084.967,13	36.834.772,69	4.215.529,60
2047	2.123.119,45	6.044.290,04	(3.921.170,59)	1.974.816,12	34.888.418,22	4.097.935,57
2048	2.113.497,12	5.857.242,94	(3.743.745,82)	1.868.680,34	33.013.352,74	3.982.177,46
2049	2.104.603,98	5.659.789,34	(3.555.185,36)	1.767.490,04	31.225.657,42	3.872.094,02
2050	392.859,76	5.429.301,87	(5.036.442,11)	1.571.352,92	27.760.568,23	1.964.212,68
2051	370.853,38	5.164.139,77	(4.793.286,39)	1.378.036,91	24.345.318,75	1.748.890,29
2052	349.195,63	4.895.227,07	(4.546.031,44)	1.187.957,24	20.987.244,55	1.537.152,87
2053	329.575,30	4.615.181,93	(4.285.606,63)	1.002.098,27	17.703.736,19	1.331.673,57
2054	305.316,21	4.361.660,16	(4.056.343,95)	818.843,53	14.468.235,77	1.124.159,74
2055	285.961,22	4.085.160,32	(3.799.199,10)	640.022,20	11.307.058,87	925.983,42
2056	266.866,61	3.812.380,13	(3.545.513,52)	485.692,72	8.227.238,07	732.559,33
2057	248.112,57	3.544.465,27	(3.296.352,70)	295.853,12	5.226.738,49	543.965,69
2058	229.776,90	3.282.527,10	(3.052.750,20)	130.439,30	2.304.427,59	360.216,20
2059	211.936,92	3.027.670,33	(2.815.733,41)	-	(511.305,82)	211.936,92
2060	194.668,85	2.780.983,52	(2.586.314,67)	-	(3.097.620,49)	194.668,85
2061	178.041,36	2.543.447,96	(2.365.406,60)	-	(5.463.027,09)	178.041,36
2062	162.103,48	2.315.763,96	(2.153.660,48)	-	(7.616.687,57)	162.103,48
2063	146.904,21	2.098.631,53	(1.951.727,32)	-	(9.568.414,89)	146.904,21
2064	132.482,98	1.892.614,06	(1.760.131,08)	-	(11.328.545,97)	132.482,98
2065	118.874,22	1.698.203,12	(1.579.328,90)	-	(12.907.874,87)	118.874,22
2066	106.102,01	1.515.743,02	(1.409.641,01)	-	(14.317.515,88)	106.102,01
2067	94.188,84	1.345.554,91	(1.251.366,07)	-	(15.568.881,95)	94.188,84
2068	83.149,98	1.187.856,85	(1.104.706,87)	-	(16.673.588,82)	83.149,98
2069	72.988,26	1.042.689,37	(969.701,11)	-	(17.643.289,93)	72.988,26
2070	63.699,80	909.997,08	(846.297,28)	-	(18.489.587,21)	63.699,80
2071	55.263,34	789.476,33	(734.212,99)	-	(19.223.800,20)	55.263,34
2072	47.651,09	680.729,81	(633.078,72)	-	(19.856.878,92)	47.651,09
2073	40.830,49	583.292,77	(542.462,28)	-	(20.399.341,20)	40.830,49
2074	34.762,96	496.613,65	(461.850,69)	-	(20.861.191,89)	34.762,96
2075	29.403,40	420.048,56	(390.645,16)	-	(21.251.837,05)	29.403,40
2076	24.700,33	352.861,83	(328.161,50)	-	(21.579.998,55)	24.700,33
2077	20.598,84	294.269,20	(273.670,36)	-	(21.853.668,91)	20.598,84
2078	17.043,34	243.476,30	(226.432,96)	-	(22.080.101,87)	17.043,34
2079	13.980,54	199.721,93	(185.741,39)	-	(22.265.843,26)	13.980,54
2080	11.360,42	162.291,66	(150.931,24)	-	(22.416.774,50)	11.360,42
2081	9.137,14	130.530,55	(121.393,41)	-	(22.538.167,91)	9.137,14
2082	7.269,39	103.848,49	(96.579,10)	-	(22.634.747,01)	7.269,39
2083	5.718,09	81.687,01	(75.968,92)	-	(22.710.715,93)	5.718,09
2084	4.443,16	63.473,69	(59.030,53)	-	(22.769.746,46)	4.443,16
2085	3.404,69	48.638,43	(45.233,74)	-	(22.814.980,20)	3.404,69
2086	2.567,36	36.676,63	(34.109,27)	-	(22.849.089,47)	2.567,36
2087	1.901,02	27.157,39	(25.256,37)	-	(22.874.345,84)	1.901,02
2088	1.377,92	19.664,55	(18.306,63)	-	(22.892.652,47)	1.377,92
2089	974,48	13.921,18	(12.946,70)	-	(22.905.599,17)	974,48
2090	671,60	9.594,35	(8.922,75)	-	(22.914.521,92)	671,60
2091	452,00	6.457,12	(6.005,12)	-	(22.920.527,04)	452,00
2092	452,00	6.457,12	(6.005,12)	-	(22.926.532,16)	452,00

FONTE:

Cálculo atuarial SEPREM efetuado em JUNHO DE 2017

NOTAS:



Emerson Reich Vieira
Contador
CRC 15P302290/0-0

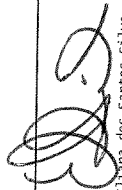

Eliana dos Santos Silva
Prefeita Municipal
CPF 072.970.758-09

DEMONSTRATIVO VII - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DA RECEITA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO GRANDE
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
 2020

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V) SETORES/PROGRAMAS / BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
	Tributo/Contribuição	2020	2021	
A Prefeitura Municipal de Ribeirão Grande não pretende efetuar qualquer renúncia de receita nos próximos 03 anos				não haverá renúncia
TOTAL				
FONTE:				

NOTAS:
 No momento não está previsto que haja alguma renúncia de receitas nos próximos três anos


 Everaldo Reiche Vieira
 Contador
 CRC 15P302290/O-0


 Eliana dos Santos Silva
 Prefeita Municipal
 CPF 072.970.758-09


DEMONSTRATIVO VIII - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO GRANDE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2020

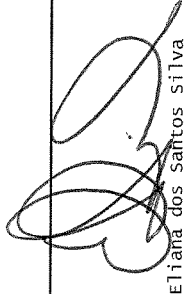
AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)	EVENTO	Valor Previsto 2020	R\$ 1,00
	Aumento Permanente da Receita	-	
	(-) Transferências constitucionais	-	
	(-) Transferências ao FUNDEF	-	
	Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	-	
	Redução Permanente de Despesa (II)	-	
	Margem Bruta (III) = (I-II)	-	
	Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	-	
	Impacto de Novas DOCC	-	
	Novas DOCC geradas por PPP	-	
	Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	-	

FONTE:

NOTAS:

Não haverá aumento permanente da receita e nem de redução permanente da despesa, ou seja, neste momento não temos previsão de que isso aconteça.


Ewerton Reich Vieira
 Contador
 CRC 15P302290/O-0


Eliana dos Santos Silva
 Prefeita Municipal
 CPF 072.970.758-09